





# INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - Em Recuperação Judicial

Subsidiária Integral da Inepar S.A. Indústria e Construções CNPJ/MF Nº 02 258 422/0001-97 - NIRE Nº 35 3 0035368 4

de recuperabilidade para os ativos imobilizados e outros ativos não circulantes, sendo que não foram identificadas perdas por "impairment". Neste exercício a Inepar Equipamentos e Montagens S/A, efetuou uma capitalização através de máquinas e Equipamentos para a Empresa Enisa-Inovação e Infraestrutura no valor de R\$ 18.312. Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo. Política de renovação dos ativos; Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas; Experiência da Companhia com ativos semelhantes; Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes; Inventários físicos de todas as unidades avaliadas; Informações contábeis e controle patrimonial; Especificações técnicas; Conservação dos bens; e Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos. O valor residual e a vida útil dos ativos e métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste período a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

### Nota 13 – Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a recolher	2.432	2.407	2.432	2.407
ISS a recolher	279	257	279	257
Impostos diferidos	605	-	605	-
INSS e Senai a recolher (a)	2.711	2.659	2.711	2.659
Parcelamento especial- Transação excepcional (b)	-	91.532	-	91.532
Parcelamento Transação Individual PGFN (c)	81.984	-	81.984	-
Obrigações previdenciárias (d)	-	56.083	-	56.083
Outras obrigações	2.020	22.957	2.020	22.957
	<b>90.031</b>	<b>175.895</b>	<b>90.031</b>	<b>175.895</b>
Circulante	12.858	90.644	12.858	90.644
Não circulante	77.173	85.251	77.173	85.251

a) Refere-se principalmente ao parcelamento das obrigações devidas ao SENAI, cujos valores foram parcelados em 180 parcelas mensais. Atualmente, o parcelamento encontra-se suspenso. b) Os parcelamentos efetuados conforme informado nos itens anteriores foram migrados para a Transação Individual, conforme estabelecido pela Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e Portaria PGFN nº 14.402, de 16 de junho de 2020, Art. 9, Inciso II, Alínea D, O parcelamento foi efetuado em 84 meses, com redução total de até 35%, este parcelamento foi rompido e as obrigações transferidas para novo parcelamento da Transação Individual. c) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação Individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020. O parcelamento dos demais débitos devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de até 70% de juros e multas a cada uma das inscrições. Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% de juros e multas a cada uma das inscrições. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021. Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 100.862 consolidado através do Termo de Transação Individual e foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado "Recuperação de Despesas – Transação Individual" conforme detalhado na nota explicativa "19". d) Valores que foram incluídos na Transação Individual. **Nota 14 – Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida em que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período é a seguinte:

	Diferenças Temporárias		Revisão de Vida Útil		Custo Atribuído s/Parcelamentos		Total
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Em 31 de dezembro de 2020	832	832	832	-	3.971	-	4.803
Constituição dos Tributos	529	529	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	-	(711)	-	(1.923)	-	(2.634)
Em 31 de Dezembro de 2021	<b>1.361</b>	<b>1.361</b>	<b>121</b>	-	<b>2.048</b>	-	<b>2.169</b>

**Nota 15 – Provisões para contingências:** A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. A administração da Companhia prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais, tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	-	207	-	146
Tributárias	163	1.409	463	89.155
Cíveis	5.048	226	353	2.177
Outros	-	468	-	-
	<b>5.212</b>	<b>2.310</b>	<b>816</b>	<b>91.946</b>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	91.946	107.921
Adições	-	-
(-) Baixas	(89.636)	(15.975)
Saldo Final	<b>2.310</b>	<b>91.946</b>

Para os processos cujas perdas foram consideradas como prováveis a administração registrou em conta de provisão considerando o montante estimado de perda e para as perdas possíveis estamos apenas divulgando os valores envolvidos.

**Trabalhistas** – reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios. **Tributárias** – Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN. **Cíveis** – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização. **Outros** – Constituição de provisão para futuras despesas no Consórcio Unamom. **Nota 16 – Partes relacionadas: 16.1. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado. Os saldos das principais operações estão assim demonstrados em 31/12/2021:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas correntes Ativos	201.832	202.032	128	81
Contas correntes Passivos	9.871	10.758	-	-
Inepar S/A Ind. e Construções-em Recuperação Judicial	539	-	-	-
lesa Projetos e Montagens S/A-em Recuperação Judicial	212.242	212.790	128	81

Inepar S/A Ind. e Construções-em Recuperação Judicial e com as empresas ligadas. O saldo é exigível a qualquer tempo.

	Saldo 31/12/2020		Adições (Baixas)		Saldo 31/12/2021	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Inepar S/A Ind. e Construções - em Recuperação Judicial	202.032	(200)	201.832	-	201.832	-
lesa Projetos e Montagens S/A - em Recuperação Judicial	10.758	(887)	9.871	-	9.871	-
lesa Óleo & Gás S/A-em Recuperação Judicial	-	539	539	-	539	-
	<b>212.790</b>	<b>(548)</b>	<b>212.242</b>	<b>(548)</b>	<b>212.242</b>	<b>(548)</b>

**Passivo**  
Inepar S/A Ind. e Construções - em Recuperação Judicial

	81	47	128	128
	81	47	128	128

**16.2. Remunerações do Pessoal da Administração:** Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas foram realizadas no período de 2021 os seguintes valores a título de remuneração dos administradores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração de Diretores	59	60	59	60
	59	60	59	60

**Nota 17 – Patrimônio líquido: a) Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado é de R\$191.423, composto por 246.385.991 ações ordinárias e 66.034.745 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções. **b) Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Refere-se, principalmente, à diferença entre o passivo baixado dos valores constantes do Plano de Recuperação Judicial e o valor justo das debêntures perpétuas emitidas pela Companhia controladora. O lançamento classificado no Patrimônio Líquido está baseado em Parecer contábil emitido pelo Professor Eliseu Martins e está de acordo com as Normas Contábeis vigentes.

**Nota 18 – Receita Operacional Bruta:** Neste exercício a Companhia não afetou Receita Operacional.

**Nota 19 – Outras receitas e despesas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras despesas Operacionais	(690)	(116.071)	(690)	(116.071)
Imposto sobre Claims e demais (a)	(948)	(1.024)	(948)	(1.024)
Custo de aluguel	(60)	15.975	(60)	15.975
Provisão p/Contingências	(5.227)	(1.222)	(5.227)	(1.222)
Outras despesas operacionais	(6.925)	(101.242)	(6.925)	(101.242)
Outras Receitas Operacionais	6.546	1.639	6.546	1.639
Receitas de Claims (a)	1.951	-	1.951	-
Reversão de provisões cíveis (b)	78.007	-	78.745	-
Reversão de provisões tributário (b)	100.862	-	91.124	-
Recuperação Despesas - Transação Individual (c)	199	-	199	-
Recuperação Despesas	913	1.130	913	1.130
Receitas de aluguel	6.362	-	6.362	-
Outras receitas operacionais	194.840	2.769	194.840	2.769
Total das receitas operacionais	<b>187.915</b>	<b>(98.473)</b>	<b>187.915</b>	<b>(98.473)</b>

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições. Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 100.862 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "Outras Receitas e Despesas Operacionais", conforme disposto na nota explicativa "19". A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos no parágrafo de "ênfase", entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório: a) **Débitos Tributários:** A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa "19". **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil. b) **Contingências:** A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. **Demonstrações financeiras comparativas do exercício anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e revisão com datas de 08 de julho de 2021. O relatório de revisão foi emitido com modificação de conclusão sobre: 1 - Reconhecimento de ativos contingentes (Ponto este modificado para Ênfase, devido a apresentação do teste de recuperabilidade dos ativos), e contendo parágrafo de ênfase sobre: 1 - Continuidade Operacional, o qual foi mantido em nosso relatório. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com

a) Refere-se aos valores a receber de processos judiciais, referente aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos; b) As reversões das provisões foram efetuadas após novas análises sobre cada processo; c) Refere-se aos valores da redução dos juros, multas e encargos incidentes sobre o parcelamento efetuado através da Transação Individual, assinado junto a PGFN, por conta da Lei nº 13.988, de 2020 e Portaria PGFN 9.917, que foram parcelados em até 120 parcelas, conforme detalhado na nota explicativa "13".

### Nota 20 – Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Financeiras	(2.529)	(996)	(2.529)	(996)
Juros s/ Imp. e Contribuições	(157)	(1.494)	(157)	(1.494)
Atualização de C/C Passivos	(2.686)	(2.490)	(2.686)	(2.490)
	10	106	10	106
	10	106	10	106
	<b>(2.676)</b>	<b>(2.384)</b>	<b>(2.676)</b>	<b>(2.384)</b>

**Nota 21 – Cobertura de seguros (não auditada):** As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **Nota 22 – Informações por segmentos:** As informações por segmento para atendimento ao CPC 22 estão sendo apresentadas na empresa controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, pois, conforme informações constantes na nota explicativa "1", desde o ano de 2004 as atividades operacionais foram concentradas na IESA. **Nota 23 – Resultado por ação:** O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado por ação	42.075	(24.148)	42.075	(24.148)
Lucro/(Prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia	142.718	(81.911)	142.718	(81.911)
Lucro/(Prejuízo) disponível aos acionistas preferenciais	184.793	(106.059)	184.793	(106.059)
Lucro/(Prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	-	-	-	-

**Denominador (em milhares de ações)**  
Quantidades de ações preferenciais emitidas  
Quantidades de ações ordinárias emitidas

	66.035	66.035	66.035	66.035
	246.386	246.386	246.386	246.386
<b>Total</b>	<b>312.421</b>	<b>312.421</b>	<b>312.421</b>	<b>312.421</b>

### Resultado básico e diluído por ação (em Reais)

Ação preferencial	0,6372	(0,3657)	0,6372	(0,3657)
Ação Ordinária	0,5792	(0,3324)	0,5792	(0,3324)

**Nota 24 - Tratativas que poderão gerar eventos subsequentes:** A Administração do Grupo Inepar/lesa está em busca de parceiros com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade das companhias com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes. As operações dos itens ab/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens: a) Alienação das ações da UPI IOG; b) Dação em pagamento para instituições financeiras do imóvel de UPI Charqueadas. c) Dação em pagamento para instituição financeira do imóvel situado no município de Macaé. d) Utilização das quotas do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), efetuado com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. e) O Grupo Inepar/lesa está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes. g) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos. h) Contratação da Empresa de consultoria Alvarez & Marsal, para a realização de estudos para apresentar um plano de reestruturação geral do Grupo Inepar/lesa, com o objeto de prepará-lo para a retomada das atividades pós saída da recuperação judicial. **Nota 25 – Eventos Subsequentes:** Em 11 de janeiro de 2022, através da Ata da 33ª Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Ricardo de Aquino Filho.

DIRETORIA EXECUTIVA	
Ricardo de Aquino Filho – Diretor Presidente	
Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro	
Manacesar Lopes dos Santos – Diretor de Relações com Investidores	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Augusto Araújo de Oms – Membro do Conselho de Administração	
André de Oms – Membro do Conselho de Administração	
Ricardo de Aquino Filho – Membro do Conselho de Administração	
CONTADOR: Jair Malpica - CPF-667.583.788-53 - CRC-ISP10047/0-6	

as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluímos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Coritiba, 22 de março de 2022.  
Müller & Prei  
Auditores Independentes S/S  
CRC-PR Nº 6.472/O-1  
George Angnes  
Contador  
CRC-PR Nº 42.667/O-1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 20/04/2022 21:10

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

[https://publicidadelegal.valor.com.br/](https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/20/INEPAR1561808420042022.pdf)